



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006354-36.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**
 Requerente: **ALONSO LUIZ SILVERIO**
 Requerido: **Triangulo do Sol Auto Estradas SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré à entrega de cópia de gravação de filmagem que especificou, relativamente à passagem de seu automóvel por praça de pedágio administrada pela mesma.

Os argumentos expendidos pela ré em contestação são pertinentes, seja quanto à falta de câmeras de filmagens em tempo real no local trazido à colação, seja quanto ao sigilo que norteia a exibição de imagens estáticas lá fotografadas.

Todavia, entendo que especialmente diante dessas peculiaridades a apresentação das fotografias acostadas a fls. 23/24 atende a postulação deduzida, até porque outra alternativa transparece materialmente impossível de ser cogitada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O pedido exordial merece acolhimento em consequência, com a ressalva de que a obrigação da ré há de ser desde já proclamada cumprida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a apresentar as imagens destacadas a fl. 01, mas dou por cumprida a obrigação em decorrência da juntada do documento de fls. 23/24.

Oportunamente, e com as cautelas de praxe, dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**